

Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara

Dilemas entre Ambiente e Mercado

Resumo

O retorno do Brasil ao cenário mundial como protagonista central na cena ambiental ocorre simbólica e efetivamente na 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27). Nesta ocasião o presidente eleito afirma seu compromisso com a agenda socioambiental e simultaneamente anuncia a criação do Ministério dos Povos Originários reafirmando seu compromisso com a autodeterminação dos povos e com a participação indígena na governança da política nacional. Trata-se em tese, de um contexto político favorável à elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), principal instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI). No Litoral Norte da Paraíba, diante da emergência de conflitos fundiários e socioambientais protagonizados por indígenas Potiguara e usineiros em torno do plantio da cana-de-açúcar em Terra Indígena (TI) ganharam visibilidade as questões acerca dos usos sustentável dos territórios indígenas, e, simultaneamente, explicita-se a necessidade imediata da elaboração do PGTA Potiguara previsto em lei e demandado pelo Ministério Público Federal do Estado da Paraíba (MPFPB) mediante Termo de Ajuste de Conduta (TAC nº36/2017). Neste enquadramento jurídico e político problematizamos nesta proposta, os dilemas (entre a sustentabilidade socioambiental e os interesses de mercado) na elaboração do PGTA em TI Potiguara no Estado da Paraíba. Hipótese preliminar do estudo sinaliza o PGTA como potente instrumento de luta política em defesa do território e de seus recursos ecossistêmicos. Ações extensionistas realizadas desde o ano de 2018 no âmbito do Grupo de Pesquisa em Cultura, Sociedade & Ambiente (GIPCSA/PPGA/UFPB) <https://gipcsa.wixsite.com/ufpb>, reafirmam graves ameaças em TI Potiguara, dentre elas, a cana-de-açúcar. A metodologia adota uma perspectiva interdisciplinar e etnográfica, com a realização de Oficinas de Cartografia Social (em 17 aldeias de um total de 32 aldeias) enfocando o desenho dos mapas sociais tendo como contexto as cosmovisões indígenas. Neste caso, os mapas sociais são instrumentos centrais na elaboração do PGTA, além de serem

processados e trabalhados também em ambiente de Sistema de Informação Geográfica participativos (SIGp) podendo ser acionados como novos campos de afirmação étnica.

Palavras-Chave: Mapas Sociais; PGTA; Potiguara; Cosmovisões; Etnologia Indígena do Nordeste

Introdução

O retorno do Brasil ao cenário mundial como protagonista central na cena ambiental ocorre simbólica e efetivamente na 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27) iniciada no dia 6/11/2022 no Egito onde o Presidente eleito participa a convite do presidente egípcio, antes mesmo da sua posse. Líderes de diversos países, movimentos sociais, ativistas ambientais aclamaram a presença do Brasil na COP. O futuro presidente em seu discurso de abertura firma compromissos com a agenda ambiental indissociável da pobreza social, foi aplaudido de pé. Simultaneamente anuncia a criação do Ministério dos Povos Originários reafirmando seu compromisso com a autodeterminação dos povos e com a participação indígena na governança política nacional.

Os compromissos do futuro governo com a agenda socioambiental é um contexto político favorável, assim como, a criação do supracitado Ministério à elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), principal instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI) com alguns princípios já contidos na Constituição de 1988. A constituição brasileira de 1988 dedicou um capítulo ao meio- ambiente (Capítulo V, art. 225), consagrou direitos indígenas ao usufruto exclusivo dos recursos naturais em terras indígenas (Capítulo VIII, art. 231, § 2º), inclusive relaxando o conceito de tutela presente no Estatuto do Índio (Lei n 6.001/1973).

O Decreto de n. 6040/2007 instituiu o conceito jurídico de povos e comunidades tradicionais, que liga simbioticamente povos e territórios, este último como condição primeira para a reprodução social e cultural dos povos indígenas: “Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente

diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (OLIVEIRA, p.1) Arelada ao referido Decreto instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Em 2012 entra em vigor o Decreto nº 7.747/2012 – fruto de uma articulação interministerial (GTI), iniciada em 2008 reunindo Ministério do Meio Ambiente (MA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). e da pressão de movimentos indígenas instituindo a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI) a ser executada mediante o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTA). A PNGATI, fruto desta articulação é uma resposta à pressão dos movimentos ambientalistas, das populações ditas tradicionais e dos povos indígenas, e da explícita constatação de que preservam seus biomas e defendem seus territórios de ameaças externas a partir de suas tradições, As Terras Indígenas, que hoje representam 12,64% do território nacional, têm papel relevante e estratégico na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do país. Com estes ativos territoriais e ambientais significativos, contribuem de modo intenso para a manutenção dos biomas brasileiros, tendo como substrato os modos de vidas tradicionais e a resistência que seus habitantes interpõem em defesa dos territórios que ocupam (<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/implementacao/plano-de-gestao/>) Trata-se de uma norma jurídica cuja finalidade é a defesa das Terras Indígenas (TIs), o respeito à cultura e à memória dos povos e sua reprodução física e cultural, inclusive em áreas de sobreposição com Unidades de Conservação (UC).

A PNGATI estabelece como finalidade primordial potencializar autonomia aos indígenas para a gestão do seu território étnico, a partir de dois instrumentos de gestão: o etnomapeamento e o etnozoneamento, trabalhando sete eixos temáticos para desenvolver a gestão territorial indígena, conforme seu art. 4º, I a

VII: 1 - Proteção territorial e dos recursos naturais; 2 - Governança e participação indígena; 3 - Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; 4 - Prevenção e recuperação de danos ambientais; 5 - Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; 6 - Propriedade intelectual e patrimônio genético, e 7 - Capacitação, formação, intercâmbio e educação. Os sete eixos fundamentam a gestão territorial e ambiental indígena, observando a proteção das terras e seu uso sustentável; a participação da população indígena na gestão de sua área; as áreas protegidas, incluindo as sobreposições entre unidades de conservação e terras indígenas; a necessidade de manter a preservação ambiental e, caso haja degradação, a realização de um plano de recuperação das áreas degradadas.

Para tanto, os eixos estabelecidos enfatizam a importância da informação, capacitação e a troca de experiências entre os atores sociais envolvidos. Para a implementação da PNGATI/2012, a norma jurídica prevê a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para cada TI existente no Brasil. Em teoria o PGTA deve ser elaborado pelos próprios indígenas, pressupõe, portanto, o protagonismo indígena.

No Nordeste brasileiro, precisamente no Litoral Norte da Paraíba, diante da emergência de conflitos fundiários e socioambientais protagonizados por indígenas Potiguara e usineiros em torno do plantio da cana-de-açúcar em Terras Indígenas (TI) ganharam visibilidade as questões acerca dos usos sustentável dos territórios indígenas, e, simultaneamente, explicita-se a necessidade imediata da elaboração do PGTA Potiguara previsto em lei e demandado pelo Ministério Público Federal do Estado da Paraíba (MPFPB) mediante Termo de Ajuste de Conduta (TAC nº36/2017) expedido em dezembro de 2017. Algumas demandas expostas no TAC são as seguintes: a exigência de 40%¹ de área em cada aldeia para reserva de preservação ambiental, a atualização do Etnomapeamento, a elaboração de um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) e a formulação do PGTA. Mesmo diante da unilateralidade desse processo, o TAC chega a explicitar multas de 50 mil

¹ Mais do que o proposto por lei, mesmo em propriedades privadas

reais para quem não o cumprissem até o ano de 2018 (Dantas; Gonçalves et al, 2019).

Objetivos e Metas

Tendo em vista as demandas do MPFPB via TAC, do ponto de vista teórico, o foco central deste projeto é realizar uma reflexão etnográfica sobre os dilemas (entre a sustentabilidade socioambiental e os interesses de mercado) na construção do PGTA Potiguara mediante a metodologia dos mapas sociais. Hipótese preliminar do estudo sinaliza o PGTA como potente instrumento de luta política em defesa do território, de seus recursos ecossistêmicos e da identidade étnica. As metas propostas são a elaboração dos mapas sociais em cinco aldeias como primeiro passo na elaboração do PGTA tendo como contexto (Geertz, 2008) as cosmovisões (Lenkersdorf, 2002) Potiguara e posterior armazenamento do material etnológico no site: <https://gipcsa.wixsite.com/ufpb>, de fácil acesso às comunidades e ao público em geral.

Sobre os Potiguara

O atual território do Estado da Paraíba era ocupado, antes da conquista portuguesa, de modo irregular e disperso, por uma população constituída de Índios pertencentes aos grupos linguísticos dos Tupis e dos Cariris. Pertenciam ao primeiro grupo as nações Tabajara e Potiguara que habitavam no Litoral. Os Tabajara ocupavam as terras situadas ao sul do rio Paraíba e os Potiguara, as terras ao norte do mesmo rio (Moreira, 1990)². O contato com as sociedades não indígenas é histórico. Inicia com a colonização que dizimou milhares de indígenas e delimitou o território Potiguara às terras entre os rios Camaratuba e Mamanguape, nos municípios supracitados. A ocupação efetiva do litoral paraibano ocorreu entre 1585 e 1634 com a introdução do plantio da cana-de-açúcar que se espalhou ao longo da zona da mata nordestina, integrando, deste modo, a Paraíba à circulação mundial capitalista de produção de mercadorias, e,

² http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html.

sobretudo em função das necessidades da acumulação comercial europeia, com base na produção de açúcar (Moreira, 1990).

Os Potiguaras fazem parte dos povos da família linguista tupi, sinal diacrítico (a língua) por excelência nas referências aos povos indígenas. Hoje falam o português e estão resgatando o tupi nas escolas de educação indígena. Habitam originalmente seu território ancestral com extensão de 33.752 hectares entre terras demarcadas e homologadas e terras ainda em fase de homologação. Estão situados entre os rios Camaratuba e Mamanguape do litoral norte do estado da Paraíba, sendo a última **Sagi** que faz fronteira com Rio Grande do Norte. Com uma população 19.525 moradores, sendo cerca de 14.000 indígenas, de acordo com Palitot (2017a, 2017b). O Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba realizado em 2012 pela Funai, marca claramente três Terra Indígena (TI) Potiguara: onde duas de suas terras já se encontram demarcadas e homologadas as TI Potiguara (8.109 pessoas) e Jacaré de São Domingos (449 pessoas). A terceira TI já foi demarcada e está em processo de homologação – Monte Mor (4.447 pessoas).³ São 33 aldeias pertencentes aos municípios de Marcação, Rio Tinto e Baía da Traição.⁴

“Os Potiguara, provavelmente, são os únicos dentre os povos indígenas situados no Brasil a viver no mesmo lugar desde a chegada dos colonizadores há 500 anos. A bibliografia e os documentos sobre a história do atual Estado da Paraíba evidenciam, desde as notícias mais remotas após o descobrimento do Brasil, à presença dos Potiguara no litoral paraibano e, mais notadamente, na Baía da Traição.” (Cardoso, 2012, p.15).

A base econômica é a produção agrícola doméstica para subsistência, feijão, arroz, macaxeira, frutos originários da região (mangaba, banana, abacaxi), coco, a pesca artesanal, cata de mariscos, a caça, com destaque para as casas de farinha sinalizadas nas aldeias que visitamos como referência significativa. As

³ “A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas se constitui com uma das principais obrigações impostas ao estado brasileiro pela Constituição Federal de 1988.” Consulta em 17, jan, 2020 em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas?start=2#>.

⁴ Fonte: Etnomapeamento Potiguara (Cardoso e Guimarães, 2012)

atividades econômicas exógenas com foco no mercado são o plantio da cana-de-açúcar, turismo e a carcinicultura.

No início do século passado evidencia-se a invasão deste território pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, da família Lundgren, causando danos socioambientais irreversíveis, como o desmatamento, a drenagem e a canalização das águas quando se instalaram às margens do rio Mamanguape em 1918. Em 1925 começou a funcionar arregimentando muita mão-de-obra indígena na construção dos roçados e na abertura e conservação das estradas e caminhos. Na década de 1970 a indústria já ocupava uma área de 80 Km² da antiga Sesmaria incluindo “terras de tabuleiro e matas, repletas de madeiras valiosas” (Cardoso, 2012, p.16). Na segunda metade do Séc. XX, final de 1970 chegaram as usinas de cana-de-açúcar e nos anos 1980 as destilarias de álcool causando mais pressão pelo território em pleno processo de demarcação das TI. A instalação das Usinas sucroalcooleiras, em especial a Miriri e Japungu, gerou impactos socioambientais e retardo nos processos de demarcação até os dias de hoje (PALITOT, 2017). O intenso contato com a sociedade não indígena talvez explique os casamentos interétnicos. A instalação das Usinas foi promovida pelo Programa Nacional do Álcool – Proálcool (1975), gerando conflitos fundiários, socioambientais que se estendem até os dias de hoje. Em poucos anos, o território Potiguara estaria ocupado de canaviais (aproximadamente 5.000.00 ha). “Os Potiguara, a partir de então, iniciam um processo de autodemarcação do território recorrendo à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para a obtenção de apoio técnico na empreitada” (Cardoso; Guimarães, 2012, p. 17).

Em direção ao PGTA Potiguara?

Desde 2017 e 2018 aproximações espontâneas entre o GIPCSA e as comunidades indígenas tem sido realizadas tendo como eixo articulador a Tese de Doutorado de Ivys Medeiros da Costa com foco nas áreas sobrepostas entre Unidade de Conservação e Terra Indígena. Desde então ações extensionistas patrocinadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFPB tem sido efetivadas na TI. Em dezembro de 2018 foi realizada a Assembleia fundacional dos trabalhos em torno da elaboração do PGTA na Aldeia Brejinho com o ritual do Toré. O Toré se

configura como o sinal diacrítico por excelência da indianidade na região Nordeste do país e que consagra o grupo étnico. O toré está inclusive totalmente incorporado ao movimento indígena como forma de expressão política, segundo Grünwald (2005, 29), é dançado em um círculo e sobre o território com os pés descalços. São cânticos que reafirmam a aliança de reciprocidade entre homem e natureza, natureza e cultura, a profunda simbiose que devemos respeitar. É na dança que se entra em contato cósmico com os seres encantados que protegem as matas, os rios, animais e homens. O evento ritual articulou em um mesmo tempo/espaço, Caciques representando as 33 Aldeias situadas ao longo do Litoral Norte do estado da Paraíba. Nesse primeiro momento, estiveram presentes lideranças Potiguara, pajés, representantes da FUNAI e SESAI, universitários indígenas do campus IV da UFPB, e dos integrantes do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Meio Ambiente (GIPCSA) do PPGA da UFPB. O Toré selou a aliança entre universidade e aldeias indígenas. A referida Assembleia foi realizada em consonância com os objetivos expostos na Cartilha elaborada pela Funai de Orientação para elaboração dos PGTA – a mobilização e sensibilização, visando conscientizar os “diversos aldeamentos e famílias do grupo indígena quanto a proposta de construção de um PGTA, abordando qual seria o seu objetivo, seus principais usos, o processo de construção e execução e obviamente o interesse do grupo em sua construção e implementação” (Funai, 2013,9). Ao longo da Assembleia foram lançadas propostas de atividades que incluíram a realização de oficinas de formação e preparação.

Figuras 1 e 2: Fotos do Ritual do Toré na Primeira Assembleia do PGTA Potiguara



Fonte: acervo GIPCSA (2018)

Em todas as oficinas desde a abertura fundacional dos trabalhos em torno do PGTA observamos a presença e as falas dos representantes dos usineiros que estão associados na forma jurídica de uma cooperativa, contando com mão de obra indígena e com indígena dono da plantação. A questão é complexa e foco central do TAC. A TI Potiguara é considerada prioridade por seu alto grau de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, segundo estudo realizado pela Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT/DPT/Funai).

A metodologia dos mapas sociais

A metodologia da pesquisa de caráter etnográfico se baseia em um modelo de construção de mapas sociais participativos visando subsidiar a formulação do PGTA pelo povo indígena para suas terras, como define a política instituída pelo governo federal através da PNGATI. Do ponto de vista teórico, a supracitada metodologia, pretende possibilitar uma reflexão etnográfica acerca dos dilemas entre a sustentabilidade socioambiental e os interesses de mercado no contexto de uma TI situada no Nordeste brasileiro. Busca, portanto, um diálogo interdisciplinar entre as Ciências Ambientais e a Etnologia Indígena do Nordeste.

Os caminhos metodológicos a serem percorridos já foram experimentados na mesma área de estudo da pesquisa em um conjunto de 8 aldeias, no âmbito das atividades extensionistas patrocinadas pela Proex/UFPB e executadas por integrantes do GIPCSA/PPGA/UFPB no período de 2018 a 2023. Deste modo, alguns passos importantes já foram dados, como a Assembleia Geral do PGTA em 2018. Fotos e mapas estão disponíveis em <https://gipcsa.wixsite.com/ufpb>. Neste ano está prevista a realização da Oficina na aldeia Laranjeira via ação extensionista. Esta proposta dará continuidade ao referido ciclo de Oficinas, reafirmando o caráter interdisciplinar, etnográfico e o diálogo de saberes subjacente à metodologia dos mapas sociais.

No primeiro trimestre de vigência do projeto haverá uma fase de planejamento das atividades de campo e da realização de articulações com as lideranças indígenas, associações, escolas, com a finalidade de se negociar as condições do trabalho de campo: condições de estadia, condições de acesso aos

dados etnográficos e espaços para a realização das Oficinas- geralmente as escolas. Nesta etapa de planejamento das atividades de campo estaremos realizando o mapeamento do estado da arte com foco nos PGTA´s já realizados no Brasil e da metodologia centrada nos mapas sociais. Simultaneamente, vamos estudar os mapas sociais Potigura já desenhados e apreender elementos que nos permitam analisar e discutir as práticas sociais concretas voltadas ao território.

A partir do segundo semestre em todas as aldeias haverá uma fase preliminar de sensibilização da comunidade para a temática socioambiental, para a participação nas Oficinas e difusão de informações sobre o PGTA. Pretendemos realizar as Oficinas e trilhas guiadas pela comunidade em 10 de um total de 33 aldeias situadas nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto - ao longo do Litoral Norte do Estado da Paraíba. Nestas Oficinas os mapas sociais deverão ser desenhados pela comunidade. A finalidade central desta etapa é apreender, a partir da cosmovisão Potiguara, as práticas sociais concretas voltadas ao território. Junto ao mapeamento das coordenadas geográficas a partir do uso do Sistema de Monitoramento Global [GPS], nesta etapa, também utilizaremos o Veículo Aéreo Não Tripulado [VANT] de modo a realizar o mapeamento da região com drones. Esta etapa objetiva identificar as áreas preservadas e as áreas degradadas, bem como regiões de atividades tradicionais e atividades voltadas a produção mercantil. Neste processo as escolas, os educadores e as novas gerações têm um papel de destaque, porque nas escolas serão realizadas as Oficinas. Conversações com agentes da Funai local que trabalham na educação indígena já estão sendo estabelecidas. Além das escolas, as associações, organizações, cooperativas e lideranças serão alvo da sensibilização para os mapas sociais. recursos audiovisuais em todas as etapas de atividades de campo. Simultaneamente estaremos realizando as reuniões quinzenais do projeto. Além das Oficinas realizaremos entrevistas e rodas de conversa sobre a temática em foco. A amostra da pesquisa de base qualitativa será definida posteriormente,

A partir do terceiro /quarto semestre iniciaremos a digitalização das imagens e atualizações no *web site* <https://gipcsa.wixsite.com/ufpb>. A partir do quinto e sexto semestre estaremos trabalhando na sistematização e classificação

dos dados em um exercício comparativo e também particularista, explicitando as semelhanças e particularidades entre as aldeias, nesta etapa estaremos também trabalhando na produção das cartilhas digitais por aldeia. Os mapas, as cartilhas e imagens estarão armazenados no *website* e de fácil acesso à comunidade.

Cronograma

Atividades	1°	2°	3°	4°	5°	6°
2024-2026						
Planejamento do campo	XXXXXX					
Articulações com lideranças	XXXXXXXX					
Mapeamento do estado da arte	XXXXXXXX					
Oficinas nas Aldeias		XXXXXX Laranjeira, Candidos, São Miguel	XXXXXX Estiva Velha, Mata EScura, Jaraguá	XXXXXX São Francisco, Tracoeira, Ybicvuara, Jacaré de Cesar, Vau	XXXXX X retorno às aldeias	
Digitalizações dos mapas			XXXXXX	XXXXXX		
Entrevistas			XXXXXX	XXXXXXXX	XXXXX X	
Sistematização dos dados					XXXXX X	XXX XX

Relatório Final						XXX
						XXX
Material para publicação						XXX
						XXX

Resultados Esperados

- 1) Mapas Sociais por Aldeia armazenados e disponíveis no website como subsídio importante na elaboração do PGTA Potiguara;
- 2) Produção de artigos em periódicos nacionais e estrangeiros;
- 3) Apresentação de trabalhos em eventos científicos, e
- 4) Orientação e formação de alunos da graduação na temática em foco em projetos extensionistas e de Iniciação Científica, em uma tentativa de articular ensino, pesquisa e extensão.

Relevância e Impactos

A relevância da presente proposta consiste em dois aspectos: o primeiro de natureza teórica e metodológica, de ampliar o estado da arte no campo de conhecimento da etnologia indígena do Nordeste em sua interface com as ciências ambientais sinalizando os dilemas da preservação ambiental na TI potiguara de grande extensão geográfica e com maior número de indígenas da região. Com relação à metodologia trata-se de se explicitar a contribuição da cartografia social na presente análise e também seu conteúdo inovador, ou seja, explicitar o(s) ponto(s) de vista e as cosmovisões potiguara na elaboração dos mapas em contraposição à cartografia institucional. O segundo aspecto e impacto é a contribuição dos mapas sociais na elaboração do PGTA, como instrumento legal

relevante na luta indígena de preservação da identidade, do território e recursos ecossistêmicos.

Compilação das atividades, de pesquisas, orientações e parcerias

Atividades de Extensão – PROEX/UEPB e orientações de alunos da graduação

2023 (em curso)

“CONSTRUINDO MAPAS SOCIAIS: SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PGTA POTIGUARA 4º ED,” com patrocínio da PROEX/ UFPB.

Discente bolsista: Jade Hilario Garcia

2022

“Sistema de Informação Geográfica (SIG) participativo e mapas sociais na TI Potiguara: fortalecendo instrumentos para o Plano de Gestão Territorial Ambiental – PGTA”

Discente bolsista: Julia Braga

2021

“Aproximações etnográficas aos Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (IGATI) dos Potiguara/PB”

Discente bolsista: Gabriela da Costa Galdino

2020

Construindo Mapas Sociais: subsídios para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental potiguara - 2 EDIÇÃO

2019

Discente: Augusto Francisco Ramalho

Construindo Mapas Sociais: subsídios para o Plano de Gestão territorial e ambiental potiguara – Município Marcação

Discente: Jaqueline Félix Potiguara

Orientações de mestrado e doutorado em curso

“IMAGENS E NARRATIVAS: UMA ETNOGRAFIA VISUAL DAS ARTESÃS POTIGUARA da Aldeia São Francisco”

Discente : Paula Luana Moreira Cruz – Mestrado – PPGA/UFPB

ORIENTADORA: Professora DRa. Alicia Ferreira Gonçalves

“MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A CIÊNCIA CIDADÃ: UM OLHAR SOBRE AS COMUNIDADES LOCAIS E TRADICIONAIS DO LITORAL NORTE DA PARAÍBA”.

Co-orientação

Discente: Renata Guimarães de Oliveira – Mestrado - PRODEMA - UFPB

“Permanência, alteridade e interculturalidade na trajetória de estudantes indígenas da Universidade Federal da Paraíba” Doutorado

Discente: Cíntia Cinara Morais Borges Soares – PPGA-UFPB

Co-orientação Doutorado

Ivys da Costa Medeiros. **A efetividade da gestão participativa em áreas sobrepostas de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos potiguara da paraíba.** (Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA/UFPB. João Pessoa, 2019.

PARCERIAS

Conversações foram iniciadas com a Funai local desde 2019 e Funai CCGGAM – Brasília. No âmbito do convênio técnico científico UFPB e CIESAS, também estabelecemos parceria com Ciesas-Sureste, também financiado pelo Capes Print

FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL – JOÃO PESSOA

CIESAS-SURESTE – MÉXICO

OTSS Fiocruz – conversações estão sendo realizadas com foco na cartografia social e SIGp.

Produção Científica

COSTA, Ivys Medeiros da. **A efetividade da gestão participativa em áreas sobrepostas de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos potiguara da paraíba.** (Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA/UFPB. João Pessoa, 2019.

COSTA, Ivys; ANDRADE, Maristela; GONÇALVES, Alicia. Conflictos socioambientales en áreas de conservación y tierras indígenas en el Nordeste brasileño: racionalidades confrontadas. In: **Desacatos, Revista de Ciências Sociais**, n 70, 2022. Disponível em: <<https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/issue/view/120>>.

COSTA, Yvis. ANDRADE, Maristela. Enoturismo em área de sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação. Estudo comparativo entre os índios pataxó no Sul da Bahia e os potiguara no Litoral Norte da Paraíba, Brasil. In: **Áltera Revista de Antropologia**, n 10, v.1, 2020.pp 218-242 Disponível em:<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/42435/31352>>

COSTA, Ivys; ANDRADE, M; GONÇALVES, A; TORRES, M.E. terra indígena em disputa: a reterritorialização dos potiguara na terra indígena potiguara montemor/paraíba/brasil. In: Cadernos de Estudos Sociais. Dossiê Áreas Protegidas e Inclusão Social . V. 35, n2, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/issue/view/188>>.

DANTAS, Humberto; SANTOS, Jackeline; GONÇALVES, Alicia; TORRES, ME; COSTA, Yvis. Experiências extensionistas entre a praia e a maré: construção de subsídios para o PGTA Potiguara na aldeia de Coqueirinho. Marcação -PB. Pg. 17-40 In: GONÇALVES, A; ANDRADE, M; TORRES, Maria Elena; VILLAR FILHO (ORGS.). **RELAÇÕES entre Universidades e Comunidades. O circuito da dádiva e a sustentabilidade dos territórios.** João Pessoa, Editora da UFPB, 2021. Disponível em:

<<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/982/973/9071-1?inline=1>>.

DANTAS [Tapuya-Tarairiú], Humberto Bismark; COSTA, Ivys; GONCALVES, Alicia; ANDRADE, Maristela. Construindo o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Potiguara: visões e cosmovisões indígenas. In: **3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina**, 2019, Brasília. Anais do 3º CIPIAL, 2019.

DANTAS [Tapuya-Tarairiú], Humberto Bismark; COSTA, Ivys. Construindo o PGTA Potiguara na aldeia Jácara de São Domingos: cosmovisões, usos e práticas territoriais indígenas frente às usinas sucroalcooleiras locais e ao intervencionismo estatal. In: **V Encontro Nacional de Antropologia da Política, 2019, São Luiz/Maranhão**. Anais do V Encontro Nacional de Antropologia da Política, 2019. v. V. p. 391-401

GONÇALVES, Alicia. **Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão territorial e ambiental potiguara**. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v12, n 23. Pp 104 – 127. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11226/pdf>.

TORRES; ME, GONÇALVES, A; ANDRADE, M. Apresentação. Diálogos Antropológicos Brasil-México: CIESAS-PPGA/UFPB IN; Diálogos Antropológicos Brasil-México: CIESAS-PPGA/UFPB. **Áltera. Revista de Antropologia**. n. 15,2023. Pp.2-4. Disponível em :< <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/66520/37308>>

Referências

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. *Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas*. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

BRASIL. Decreto n. 7.747, de 5 de jun. de 2012. Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) nº36/2017, de 06 de dez. de 2017. Procuradoria da República na Paraíba. João Pessoa, p. 1-9, dez. 2017.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (Ed.). *Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba*. FUNAI, 2012.

COMANDULLI, Carolina Schneider. Gestão territorial e ambiental de terras indígenas. *Revista Ruris*. vol. 10. mar. 2016. p. 41-71.

Cardoso de Oliveira. O saber, a ética e a ação social. Manuscrito - *Revista Internacional de Filosofia*, v. XIII, n. 2, p. 7-22, 1990.

COSTA, Ivys; ANDRADE, Maristela; GONÇALVES, Alicia. Conflictos socioambientales en áreas de conservación y tierras indígenas en el Nordeste brasileño: racionalidades confrontadas. In: **Desacatos, Revista de Ciências Sociais**, n. 70, 2022. Disponível em: <<https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/issue/view/120>>.

COSTA, Ivys; ANDRADE, M; GONÇALVES, A; TORRES, M.E. Terra indígena em disputa: a reterritorialização dos potiguara na terra indígena potiguara montemor/paraíba/brasil. In: *Cadernos de Estudos Sociais*. Dossiê Áreas Protegidas e Inclusão Social. V. 35, n2, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/issue/view/188>>.

COSTA, Ivys Medeiros da et al. A gestão participativa em áreas sobrepostas de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos Potiguara na Paraíba. 2019.

DANTAS; GONÇALVES; COSTA; ANDRADE. Construindo o PGTA Potiguara: visões e cosmovisões indígenas. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POVOS INDÍGENAS LATINOAMERICANOS, 2019.

CLIFFORD, GEERTZ. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 12. nº 23. Jan-Jun 2020.

_____. Etnografia, etnologia & teoria antropológica. *Política & Trabalho*, n. 44, 2016.

LUCENA, Jamerson Bezerra. Los potiguara hacia el camino de la milpa: las funciones economicas de grupos domesticos indigenas potiguara. *Desacatos. Revista de Ciências Sociais*, n. 62, p. 100-113, 2020.

MOONEN, Frans. *Os índios potiguara da paraíba*. 2ª edição digital aumentada. Recife, 2008. 41 p. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2019.

PALITOT, E; TORRES, ME. Processos territoriales de los potiguara de Paraíba, Brasil. In: *Desacatos, Revista de Ciencias Sociales*, n70, 2022. Disponível em: <
<https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/issue/view/120>

LENKERSDORF, Carlos. *Filosofar en clave tojolabal*. Mexico City: Miguel Ángel Porrúa, 2002.

MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz. *História dos Índios Potiguaras*. 2008.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. IN: *Sociologia e Antropologia*. Vol.2, São Paulo: Edusp, 1974.

Anexo

Mapa social Aldeia Três Rios



Acervo Gipcsa, 2020

Mapa

Aldeia Tramataia



Acervo GIPCSA

Mapa Aldeia Lagoa do Mato



Acervo Gipcsa